

# João Moniz, proprietário da Fábrica Melo Abreu

## “As Agendas Mobilizadoras ignoraram a Melo Abreu, uma indústria que precisa dos fundos comunitários para ser competitiva”

“A Melo Abreu nunca foi contactada por ninguém para fazer parte dos consórcios Agendas Mobilizadoras” - é assim que reage, em declarações ao Diário dos Açores, João Moniz, proprietário da conhecida fábrica de cerveja e refrigerantes desta ilha.

Em declarações ao nosso jornal, João Moniz mostra-se indignado, porque “se estas Agendas eram para inovar na indústria açoriana, não se percebe que uma indústria tão tradicional e importante para o nosso mercado como é a Melo Abreu, tenha sido excluída”.

“Precisamos de construir uma nova fábrica para salvar a actual e apostar mais forte, com inovação industrial, nesta área, pelo que precisamos de recorrer a fundos comunitários, e esta era uma grande oportunidade”, afirma João Moniz.

Antes da pandemia - explica o proprietário - a Melo Abreu recorreu a um PER, que foi aprovado, e estávamos em condições de assumir os pagamentos.

O problema - acrescenta - é que quando começa a pandemia, as vendas da Melo Abreu caem e o ano de 2020 torna-se um desastre.



João Moniz explica que, “o que nos valeu foi o ‘lay-off’, que nos ajudou até hoje, foi a única ajuda”.

E acrescenta: “Todos sabemos como a pandemia prejudicou vários sectores de actividade, desde a restauração, hotelaria, aviação, turismo em geral, pois a Melo Abreu, com os seus conhecidos produtos, depende de todas essas

actividades, daí que as nossas vendas tenham caído brutalmente; sofremos muito neste último ano e meio e custa, agora, ver os apoios comunitários serem dirigidos para tantas empresas, menos para a Melo Abreu”.

João Moniz esclarece que a Melo Abreu, neste momento, está bem, mas se voltarmos para trás, com uma nova

pandemia, ficará ainda mais prejudicada; era necessária uma almofada de conforto, um ‘fundo de maneiço’ que possa suportar, uma nova vaga”.

João Moniz chama a atenção para o facto de “nunca termos despedido ninguém, aguentamos todos os funcionários, e temos os compromissos todos em dia”.

“A Melo Abreu tem apenas uma dívida com a banca, com juros altos, com quem estamos sempre a negociar, mas as coisas estão a piorar agora com o fim das moratórias”, acrescenta.

Por isso - reforça - é impensável uma indústria como a Melo Abreu tenha sido ignorada nessas Agendas Mobilizadoras do PRR.

A Melo Abreu tem 127 anos de vida, “com produtos de superior qualidade, (Kima, Laranjada, Especial (cerveja), e é das poucas empresas nos Açores do velho tecido empresarial, senão a única neste momento. Não merecia um estímulo?”, conclui João Moniz, emigrante açoriano a residir nos EUA, que se mostra magoado como as entidades responsáveis nos Açores têm tratado uma indústria centenária como a Melo Abreu.

## Operadores Marítimos dos Açores protestam contra as Agendas Mobilizadoras

A Associação de Operadores Marítimos dos Açores (AOMA) pediu “explicações urgentes” ao Governo Regional, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, sobre “as opções tomadas” no que se refere às Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A posição da AOMA surge num comunicado enviado às redações em que solicita explicações urgentes ao Governo dos Açores, tendo dado “conhecimento da sua posição e exigências a todos os grupos e representações parlamentares”, incluindo ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRA) e apelando “a um debate esclarecedor e transparente sobre as opções tomadas”.

“Vincamos a nossa profunda indignação e revolta, num momento que achamos crítico e reiteramos o apelo à coesão, transparência e à solidariedade interinstitucional para ultrapassar as dificuldades que todos atravessaram. Até porque não poderá ficar a ideia de que uns são mais do que outros”, lê-se no comunicado.

Na Quinta-feira, o Governo dos Açores recusou em comunicado ter “seleccionado ou preterido empresas a qualquer título” para as Agendas

Mobilizadoras do PRR, assegurando que a “formação de consórcios foi voluntária e da iniciativa das empresas”.

A bancada do PS no Parlamento dos Açores tinha acusado o Governo Regional de estar a fazer uma gestão “ilegal” dos 117 milhões de euros destinados à Região através das Agendas Mobilizadoras do PRR.

Também o BE/Açores criticou o Executivo açoriano por “beneficiar sempre os mesmos grupos económicos”, considerando “inaceitável” a distribuição das verbas do PRR, enquanto o PAN/Açores exigiu “consequências para o Governo Regional na escolha da atribuição das Agendas Mobilizadoras” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), apontando para uma “eventual demissão do secretário regional das Finanças”.

No Sábado, em nota de imprensa, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada afirmou que “não teve qualquer intervenção na decisão sobre os valores das agendas, nem tão pouco sobre as empresas e entidades que as integram”.

Na Segunda-feira, as Câmaras do Comércio de Angra do Heroísmo e da Horta pediram ao Governo dos Açores

que clarifique que foi da congénere de Ponta Delgada “a liderança” das Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Ontem, em comunicado, a Direcção da AOMA disse que “tomou conhecimento dos documentos públicos” da Agenda Mobilizadora para o sector do turismo na Região e da Agenda Mobilizadora da Economia do Mar, ambos dirigidos à Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, demonstrando “total surpresa e profundo desagrado quanto à forma, conteúdo e processos dos documentos que configuraram esta iniciativa do Governo dos Açores”.

A Associação, presidida por Jorge Botelho, aponta que se “desconhecem os critérios e a valorização de uns em detrimento de outros”, sublinhando que a AOMA “não reconhece, nas empresas mencionadas nos documentos, a capacidade, a legitimidade e o interesse no desenvolvimento e implementação de medidas estruturantes e valorizadoras das actividades marítimo-turísticas como um verdadeiro cluster da Economia do Mar dos Açores”.

“A forma como são apresentados os objetivos, as medidas e as verbas,

disponíveis na Agenda Mobilizadora para o Turismo, indiciam uma desconsideração generalizada pela quase totalidade das pequenas e médias empresas de todas as ilhas dos Açores, pelos seus empresários e colaboradores. Evidencia, ainda, que haverá empresas privilegiadas em relação a outras, a quem saiu uma espécie de ‘jackpot’ do Euromilhões, sem uma justificação clara, inequívoca, criteriosa e até legítima”, aponta.

A AOMA diz ainda ter entregado ao Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, “um extenso dossiê com os constrangimentos, pretensões e visão de futuro para o desenvolvimento do turismo náutico” e no contexto de audição preparatória da Agenda Mobilizadora do Turismo, promovida pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, a Associação “manifestou interesse em participar e, inclusive, apresentou propostas e contributos”.

O líder do PCP/Açores, Marco Varela, disse na Segunda-feira que o Governo Regional deve “tirar ilações” sobre os eventuais erros cometidos durante a gestão das verbas previstas nas agendas mobilizadoras do Plano de Resolução e Resiliência (PRR).